

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO AO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	11
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	11
2. O MITO DO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	12
3. AS VANTAGENS DO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	13
4. A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO PREVIDENCIÁRIO [CONSULTA PREVIDENCIÁRIA]	13
5. OS DOCUMENTOS BÁSICOS INICIAIS.....	14
6. O PASSO A PASSO DO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	15
7. A CONTRATAÇÃO DO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	16
8. MODELO DE CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	17
CAPÍTULO 2 - CONHECIMENTOS BÁSICOS IMPRESCINDÍVEIS AO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	19
1. QUESTÕES A SEREM INVESTIGADAS NO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	19
2. SEGURADOS COM E SEM PRESUNÇÃO DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E FILIAÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	22
3. ALIMENTAÇÃO PAGA HABITUALMENTE AO SEGURADO EM DINHEIRO E SUA COMPOSIÇÃO NO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	37
4. AJUSTES DE SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO (COMPLEMENTAÇÃO, AGRUPAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE EXCEDENTE)	52
5. TRABALHO RURAL ANTERIOR À COMPETÊNCIA NOVEMBRO/1991.....	119
6. PERÍODO CERTIFICADO DE ALUNO APRENDIZ COMO EMPREGADO.....	122
7. PERÍODO DE ESTÁGIO IRREGULAR COMO EMPREGADO	139
8. EMPREGADO DOMÉSTICO ANTES E DEPOIS DA LC 150/2015.....	142
9. TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ANTES E DEPOIS DA EC 103/2019	149
10. TARIFAÇÃO DE PROVA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.....	152

11. INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMO CÔMPUTO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	156
12. CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NO RPPS OU MILITAR	174
13. TEMPO ESPECIAL POR AGENTES NOCIVOS E CONVERSÃO EM COMUM ATÉ 13/11/2019	234
14. RETROAÇÃO DA DIC (DATA DE INÍCIO DAS CONTRIBUIÇÕES).....	235
15. CÔMPUTO DO PERÍODO DE CARÊNCIA	236
16. SALÁRIO DE BENEFÍCIO NA LEI 8.213/91	294
17. SALÁRIO DE BENEFÍCIO NA EC 103/2019	338
18. AJUSTES E INDICADORES NO CNIS (CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS)	344
19. MICROFICHAS DO ANTIGO INPS	479
20. DIREITO ADQUIRIDO E MELHOR BENEFÍCIO.....	483
21. REAFIRMAÇÃO ADMINISTRATIVA DA DER (DATA DE ENTRADA DO REQUERIMENTO)	507
22. RENÚNCIA DE BENEFÍCIOS PROGRAMADOS, NÃO PROGRAMADOS E DESAPOSENTAÇÃO INDIRETA	511
CAPÍTULO 3 – REGRAS DAS APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS	539
1. APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS	539
1.1. Aposentadoria programada urbana: comum e professor do ensino básico	547
1.2. Aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais.....	594
1.3. Aposentadoria por idade híbrida	632
2. REGRAS BÁSICAS DA EXTINTA APOSENTADORIA APENAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO SEM IDADE MÍNIMA.....	653
3. APOSENTADORIAS ESPECIAIS	660
3.1. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde	662
3.2. Aposentadoria especial dos deficientes	1000
4. REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS APOSENTADORIAS – EMENDA 103/2019	1019
4.1. Artigo 15 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	1021
4.2. Artigo 16 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	1027
4.3. Artigo 17 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	1031
4.4. Artigo 18 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	1033

- 4.5. Artigo 20 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional 1037
- 4.6. Artigo 21 – aposentadorias especiais por agentes nocivos– regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional..... 1039

CAPÍTULO 4 – PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA NA PRÁTICA: ESTUDO DE CASOS 1043

1. CASO CONCRETO Nº 1. Direito adquirido; melhor benefício; filiação; segurado contribuinte individual; autônomo; empresário; segurado empregado; benefício por incapacidade laborativa intercalado com contribuição previdenciária; salário de contribuição de benefício por incapacidade; limitador teto; tempo de contribuição; carência; contagem da carência e do tempo de contribuição antes e depois da reforma da Previdência Social; averbação de contribuição previdenciária; descarte de salário de contribuição; projeção de contribuição; análise de CNIS; tempo de contribuição principal e secundário; aposentadoria por idade; aposentadoria programada; regra de transição da reforma da Previdência Social; direito adquirido e direito expectado; cálculos previdenciários; “ROI previdenciário” 1043
- 1.1. Análise Jurídica Previdenciária 1043
- 1.2. Planejamento Previdenciário nº 1 – Cálculo da Aposentadoria por idade de acordo com a Regra de Transição da EC 103 de 2019 1085
- 1.3. Planejamento Previdenciário nº 2 – Cálculo da Aposentadoria por idade de acordo com a Regra de Transição da EC 103 de 2019 1109
- 1.4. Planejamento Previdenciário nº 3 – Cálculo da Aposentadoria por idade de acordo com a Regra de Transição da EC 103 de 2019 1129
- 1.5. Custo e Benefício: Comparativos dos Três Planejamentos 1151
- 1.6. Planejamento Previdenciário nº 4 – Cálculo da Aposentadoria Programada de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 2019 1152
- 1.7. Custo e Benefício: Comparativo dos planejamentos 2, 3 e 4 1173
- 1.8. Planejamento Previdenciário nº 5 – Cálculo da 3ª Regra de Transição da aposentadoria por tempo de contribuição (art. 17 da Emenda Constitucional nº 103 de 2019) 1174
- 1.9. Parecer final para o cliente 1187
2. CASO CONCRETO Nº 2. Empregada doméstica; análise de cnis; análise de CTPS; vínculo extemporâneo; ratificação e averbação do vínculo de doméstico; aposentadoria por idade; aposentadoria programada; regra de transição da reforma da previdência social; averbação, retificação e ratificação de dados previdenciários; salário de contribuição; complemento positivo; cálculos previdenciários. 1206

2.1.	Análise Jurídica Previdenciária	1206
2.2.	Planejamento Previdenciário nº 1 – Cálculo da Aposentadoria por Idade Urbana com fulcro nos artigos 48 a 51, e 25, II, da Lei 8.213 de 1991, e nos artigos 51 a 55 do RPS.....	1246
2.3.	Planejamento Previdenciário nº 2 – Cálculo da Aposentadoria Programada de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 2019.....	1257
2.4.	Parecer final ao cliente	1265
3.	CASO CONCRETO Nº 3. Direito adquirido; expectativa de direito; melhor benefício; regras de transição da aposentadoria por tempo de contribuição; segurado empregado; análise de “PPP”; conversão de tempo especial em tempo comum; exposição ao agente nocivo ruído; retificação da data fim de vínculo empregatício; averbação de salários de contribuição; análise de CNIS; análise de CTPS; descarte dos salários de contribuição; contagem da carência e do tempo de contribuição antes e depois da reforma da previdência social; projeção de contribuições futuras.	1276
3.1.	Análise Jurídica Previdenciária:	1276
3.2.	Planejamento Previdenciário nº 1 – Cálculo da 3ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição do art. 17 da EC nº 103 de 2019	1341
3.3.	Planejamento Previdenciário nº 2 – Cálculo da Aposentadoria por Tempo de Contribuição:	1354
3.4.	Planejamento Previdenciário nº 3 – Cálculo da 3ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	1368
3.5.	Planejamento Previdenciário nº 4 – Cálculo da 4ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	1393
3.6.	Planejamento Previdenciário nº 5 – Cálculo da 1ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	1423
3.7.	Planejamento Previdenciário nº 6 – Cálculo da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	1446
3.8.	Planejamento Previdenciário nº 7 – Cálculo da 3ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	1459
3.9.	Planejamento Previdenciário nº 8 – Cálculo da 4ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	1483
3.10.	Planejamento Previdenciário nº 9 – Cálculo da 1ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	1511
3.11.	Comparativo dos Planejamentos:.....	1532
3.12.	Parecer final ao cliente:	1533
	REFERÊNCIA	1551